



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
CONTROLE INTERNO

Relatório de Gestão

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

2019



Autoridades Responsáveis pela Apresentação das Contas do Exercício de 2019 – Relatório de Gestão

Prefeito

Rui Soares Palmeira

Vice-Prefeito

Marcelo Palmeira Cavalcante

Neander Teles Araújo

Secretário Municipal de Controle Interno



DIRETORIA DE CONTROLE DA GESTÃO

Adelmo de Mendonça

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Clistenes Calheiros Oliveira

ANALISTAS DE CONTROLE INTERNO

André Luís Carolino Melo

Jefferson Tadeu Pereira

EQUIPE DE CONTABILIDADE

Antônio Cesar Dacal Reis

Cícero Rodrigo Cavalcante

Danielle Camilo de Brito

Denis Loureiro Filho

Dóris Meire Porto Tenório

Fernando José de Castro Araújo

Genilson Francisco da Silva

Joana Carla Marques De Andrade

Kyra Maria Maia De Souza

Lysia Clarissa Dantas de Santana

Marceliano Teixeira dos Santos

Márcio José Ferreira dos Santos

Marcus André Costa Almeida

Maria Janice de Amorim Lucena

Maria Jose Ferro Soares

Maria Marta Ramalho

Maria Nivana De Albuquerque

Muniz Falcão

Marileide França da Silva

Marilucio Barros Alves

Mary Dalva Silva Marques Luz

Mayara Ellana da Silva Lourenço

Paulo José Acioly Feijó

Railde De Oliveira Ferraz

Roberto Amorim Flores

Rodrigo Barboza da Silva

Rosane Quirino Santos Araújo

Severino Jose Gomes De Moura

Valter Lins Cavalcanti de Freitas

Informações: (82) 3315-9001/9005

Endereço Eletrônico: www.maceio.al.gov.br/smci/

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Secretaria Municipal de Controle Interno



Sumário

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO I - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	8
1.1. Administração Direta	8
1.2. Administração Indireta.....	8
CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	9
2. Peças Orçamentárias.....	9
2.1. Plano Plurianual (PPA).....	9
2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	11
2.3. Lei Orçamentária Anual (LOA).....	11
CAPÍTULO III – RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA NO EXERCÍCIO DE 2019.....	13
3. Prestação de contas 2019	13
3.1. Execução Orçamentária	13
3.1.1. Execução das receitas orçamentárias	15
3.1.2. Detalhamento da Receita executada por categoria econômica	16
3.1.3. Execução das despesas orçamentárias	18
3.2. Balanço Financeiro	22
3.3. Balanço Patrimonial	23
3.4. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	26
3.5. Demonstrativo da Dívida Fundada Interna	27
3.6. Demonstrativo da Dívida Flutuante	28
3.7. Gastos com Pessoal.....	29
3.8. Gastos com Saúde	30
3.9. Gastos com Educação.....	30
3.10. Disponibilidades de Caixa Líquida	30
3.11. Evolução dos Restos a Pagar – 2012 a 2018	31
3.12. Metas Fiscais	32
3.12.1. Receita Corrente Líquida – RCL	32
3.12.2. Resultado Primário.....	32
3.12.3. Resultado Nominal	33
3.12.4. Dívida Consolidada Líquida	34
3.12.5. Resumo dos Índices da Prefeitura.....	34



CAPÍTULO IV - GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	35
3.13. Aquisição de Bens e Serviços	35
3.14. Diárias.....	35
3.15. Aquisição de Combustível	35
3.16. Passagens e Despesas com Locomoção	35
3.17. Outras Despesas de Pessoal – TERCEIRIZAÇÃO.....	35
CAPÍTULO V - AÇÕES DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO, REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ.....	36
3.18. Análise da movimentação financeira e contábil	36
3.19. Análise de Adiantamento Concedido a Servidores	36
3.20. Diretoria de Auditoria Geral.....	36
RELATÓRIO FINAL.....	37



APRESENTAÇÃO

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Maceió, art. 55, inc. X, compete privativamente ao Prefeito da Cidade - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo de noventa (90) dias, contados do término do exercício financeiro, as contas referentes ao exercício anterior, enviando-as dentro do mesmo prazo ao Tribunal de Contas para emissão do parecer prévio, e publicando-as no Diário oficial do Município até dia 15 de abril.

A prestação de contas do Prefeito deve estar em acordo com as instruções básicas definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, órgão que auxilia a Câmara Municipal na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Prefeitura. De acordo com o artigo 6, da Lei nº 5.604/1994, que regula a organização do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, as Contas do Prefeito serão constituídas pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais e pelo relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução do orçamento, e por outros elementos previstos em normativos.

Para esta missão, compete à Secretaria Municipal de Controle Interno, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, nos termos definidos pelo Decreto nº 8.352/2017, coordenar a elaboração da Prestação de Contas do Prefeito. Compete, também, à Secretaria Municipal de Controle Interno a consolidação de informações com os demonstrativos elaborados pelas entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Inobstante o dever legal conferido ao Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, ressalto que as informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação governamental no exercício de 2019, sendo estruturadas em seis capítulos, assim compreendidas:

Capítulo I	Estrutura Administrativa
Capítulo II	Planejamento Orçamentário
Capítulo III	Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial
Capítulo IV	Gestão Administrativa
Capítulo V	Atuação e recomendações do Controle Interno
Capítulo VI	Relatório do Controle Interno

O Capítulo I detalha a composição da estrutura do Poder Executivo Municipal, para que se possa verificar a dimensão de órgãos e entidades que fazem parte das Contas do Exercício de 2019.

O Capítulo II apresenta uma visão consolidada dos Orçamentos do Município: Fiscal e Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas.

O Capítulo III – Tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados em função das ações governamentais desenvolvidas durante o exercício de 2019, tomando-se por base as informações orçamentárias e contábeis.



O Balanço Geral da Município, integrante do Capítulo III, foi elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças, e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil da Prefeitura de Maceió (e-SAFIRA). Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e detalham o conteúdo das informações contábeis.

O Capítulo IV retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Municipal, quanto às aquisições foram efetuadas em conformidade com as regras estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria no tocante a obediências às modalidades licitatórias respectivas.

O Capítulo V e VI - Relatório do Controle Interno contempla as ações da Secretária Municipal de Controle Interno nas áreas de Prevenção e Combate à Corrupção, Auditorias e Fiscalizações, Ouvidoria e Correição no Poder Executivo Municipal, além de sobre a execução dos Orçamentos do Município e de limites da LRF.

Ressalta-se que a responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas da Prefeitura (PCP) é atribuída majoritariamente a dois órgãos: Secretaria Municipal de Controle Interno e Secretaria Municipal de Finanças.

As informações que compõem a PCP referente ao exercício de 2019 foram elaboradas seguindo diretrizes do contínuo aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior transparência e qualidade à Prestação de Contas Municipal.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), esta Prestação de Contas encontra-se disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.maceio.al.gov.br/smci, de forma que a sociedade possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas da Prefeitura de Maceió.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas a Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, mas, sobretudo ao cidadão, como instrumento de transparência e prestação de contas à sociedade pela confiança e recursos depositados junto ao Governo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
Maceió – Alagoas.



CAPÍTULO I - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

De início faz-se necessário detalhamento da composição da estrutura do Poder Executivo Municipal, para que se possa verificar a dimensão de órgãos e entidades que fazem parte das Contas do Exercício de 2019. Nesse sentido, foi detalhada a macroestrutura do Poder Executivo vigente no exercício de 2019, sendo composta pela Administração Direta – Prefeitura e Secretarias – e pela Administração Indireta – Autarquias, Fundação e Sociedade de Economia Mista, conforme segue:

1.1. Administração Direta

I – Prefeitura Municipal

1. Gabinete do Prefeito;
2. Gabinete do Vice-Prefeito;
3. Gabinete de Governança – GGOV;
4. Secretaria Municipal de Governo – SMG;
5. Procuradoria-Geral do Município – PGM e
6. Secretaria Municipal de Controle Interno – (SMCI).

II – Órgãos Executivos

1. Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;
2. Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM;
3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET;
4. Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
5. Secretaria Municipal de Economia – SEMEC;
6. Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE;
7. Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINFRA;
8. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude - SEMELJ;
9. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável - SEMDS;
10. Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SEMSCS;
11. Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
12. Secretaria Municipal de Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária – SEMTABES;
13. Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR.

1.2. Administração Indireta

1. Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados – ARSER;
2. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Maceió – IPREV;
3. Companhia Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio – COMARHP;
4. Fundação Municipal de Ação Cultural – FMAC;
5. Superintendência de Limpeza Urbana de Maceió – SLUM;
6. Superintendência Municipal de Iluminação de Maceió – SIMA;
7. Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – SMTT.



CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

2. Peças Orçamentárias

Três peças complementares integram o orçamento público: o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Essas peças orçamentárias são enviadas por meio de projeto de lei pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.

2.1. Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018/2021, aprovado por meio da Lei Municipal nº 6.713 de 11 de dezembro de 2017, visa atender as determinações legais contidas no artigo 165, § 1º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para alcançar os resultados esperados no período do plano 2018 – 2021, a Prefeitura de Maceió resolve adotar o planejamento estratégico e os princípios da gestão voltada para resultados, como norteadores para implementação dos programas e ações a serem desenvolvidos pelo Município.

Neste sentido, a Gestão Pública Municipal, entende como orientação estratégica, o conjunto de elementos que estabelece o direcionamento estratégica do planejamento, que inspiram e orientam a elaboração de Programas e Projetos, a mobilização de recursos e o envolvimento ativo da sociedade local, tendo como diretrizes:

❖ VISÃO DE FUTURO

Uma cidade mais humanizada, desenvolvida e ambientalmente sustentável por meio da excelência na gestão.

❖ MISSÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Desenvolver políticas públicas baseadas na probidade, transparência e sustentabilidade, buscando proporcionar uma vida melhor para todos, fortalecendo o orgulho de ser maceioense.

❖ VALORES DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- Responsabilidade Fiscal
- Transparência
- Inovação
- Responsabilidade Social



Contudo, há inúmeros desafios ainda por superar. O presente PPAM norteia as estratégias que o Governo Municipal fará uso para enfrentá-los nos próximos quatro anos e, para fazê-lo, não basta apenas acompanhar as estatísticas e os indicadores sociais, é preciso também conhecer as reais demandas da sociedade e tê-la como coautora das políticas públicas a serem implantadas no município.

Para conhecer as necessidades dos cidadãos, a Prefeitura de Maceió promoveu audiências públicas presenciais e por via eletrônica, atendendo ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, Art. 48, parágrafo único) que colheu as prioridades e as demandas espontâneas da sociedade maceioense, para subsidiar a formulação deste PPAM.

As audiências e a consulta eletrônica aconteceram entre 17 de junho e 22 de julho de 2017 e compreenderam reuniões distribuídas por todas as 8 (oito) Regiões Administrativas (RA), abertas a todos os cidadãos, além do Portal do Cidadão (www.maceio.al.gov.br/semec/portal-do-cidadao), que permitiu a participação via web, dos que não puderam comparecer às audiências presenciais. Nas audiências presenciais, os participantes puderam apresentar demandas espontâneas e eleger as políticas públicas prioritárias para os próximos quatro anos, a partir de uma lista de ações, identificadas pelos órgãos municipais.

Por via eletrônica (Portal do Cidadão), os participantes tiveram acesso ao programa de governo, calendário com locais e datas das audiências, mapa da cidade por regiões administrativas, cartilha explicativa sobre o plano plurianual e um campo para cadastro de demandas espontâneas.

Do total de participantes, 61,06% corresponderam a homens e 38,94% de mulheres, sendo 66,39% representantes da sociedade civil; 22,69% de associações de bairro; 18% de órgãos públicos e 8% de organizações não governamentais.

Das propostas levantadas, 54% corresponderam ao eixo Infraestrutura e Ambiente, 40% ao eixo Desenvolvimento Social, 5% ao eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável e 1% ao eixo Gestão e Governança. As Regiões Administrativas com maior índice de propostas foram: RA-6 (Antares e Benedito Bentes); RA-8 (Cruz das Almas, Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca) e RA-5 (Barro Duro, Feitosa, Jacintinho, São Jorge e Serraria).

Do total de sugestões apresentadas pela população, 63,54% tem simetria com o Plano de Governo.

O conjunto de 631 sugestões de ações apresentadas pela população foi analisado em três fases. Na primeira, foi feita uma triagem pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Economia, que excluiu as duplicidades, sendo encaminhadas 479 propostas a diversos órgãos da Prefeitura para análise de viabilidade técnica e projeção orçamentária.

Na segunda fase, os órgãos consideraram que das 479 propostas recebidas, apenas 96 sugestões apresentavam viabilidade técnica e foram orçamentariamente estimadas.



Na terceira e última fase, os técnicos da Secretaria Municipal de Economia, analisaram as 96 demandas populares devolvidas pelos órgãos, concluindo que apenas 58 se enquadravam nos critérios estabelecidos na legislação. Entretanto, os valores orçamentários destas ações de caráter democrático extrapolavam o limite estabelecido pelo Art. 12, da Lei nº 6.680, de 11 de julho de 2017.

Para ajustar as demandas apresentadas ao limite estabelecido na lei supramencionada, foi realizada audiência pública devolutiva, no mês de setembro, para discutir com os representantes das regiões administrativas, aquelas que precisavam ser priorizadas, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Por fim, após escolha democrática da sociedade, 37 (trinta e sete) ações comporão o PPAM 2018-2021.

2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 foi estabelecida por meio da Lei Nº 6.788, de 08 de novembro de 2018, com a finalidade de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual 2019, em cumprimento ao disposto § 2º do art. 165 da Constituição Federal, do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art.74, II, § 2º da Lei Orgânica do Município de Maceió.

Dentre outros assuntos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 trouxe as seguintes Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal a serem contempladas no Orçamento Geral do Município para o ano de 2019:

❖ Prioridades e Metas da Administração Municipal:

- *Desenvolvimento Social.*
- *Desenvolvimento Econômico.*
- *Infraestrutura e Ambiente.*
- *Gestão e Governança.*

2.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 (LOA/2019) foi aprovada através da Lei Municipal Nº 6.830, de 18 de janeiro de 2019, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em consonância com o Plano Plurianual e contendo os Programas priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, portanto, atendendo ao artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e ao caput do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Receita Total prevista na LOA 2019 totaliza **R\$ 2.651.707.542,00** (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais) e terá o seguinte desdobramento:

Orçamento Fiscal equivalente a **R\$ 1.465.398.182,00** (um bilhão, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais),



incluindo neste montante as entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundação instituída e mantida pelo Poder Público;

Orçamento de Seguridade Social equivalente a **R\$ 1.186.309.360,00** (um bilhão, cento e oitenta e seis milhões, trezentos e nove mil, trezentos e sessenta reais) incluindo nesse montante as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta ou Indireta, bem como os fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Do montante da Receita, o valor de **R\$ 215.535.743,00** (duzentos e quinze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, e setecentos e quarenta e três reais), é definido como Receitas Intraorçamentárias, por se tratar de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundação e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

- A **Receita prevista** foi desdobrada conforme detalhamento abaixo:

TABELA 1 – Receita Prevista

Receitas Correntes	2.184.445.741,00
Receita Intraorçamentária Corrente	146.410.839,00
Receitas de Capital	250.224.527,00
Receita Intraorçamentária Capital	69.124.904,00
Déficit	1.501.531,00
Receita Total	2.651.707.542,00

Fonte: LOA 2019

- A **Despesa fixada** desdobra-se na forma disposta abaixo:

TABELA 2 – Despesa Fixada

Orçamento Fiscal	1.465.398.182,00
Orçamento da Seguridade Social	1.186.309.360,00
Total do Orçamento	2.651.707.542,00

Fonte: LOA 2019

O desdobramento da despesa fixada, em categoria econômica foi planejado como consta abaixo.

TABELA 3 – Despesa Fixada por categoria econômica

Despesas Correntes	2.254.450.632,56
Despesa de Capital	377.285.057,56
Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	19.971.851,88
Total da Despesa	2.651.707.542,00

Fonte: LOA 2019



CAPÍTULO III – RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA NO EXERCÍCIO DE 2019

3. Prestação de contas 2019

Integram a prestação de contas referente ao exercício de 2019, as demonstrações orçamentárias, financeiras e fiscais quais sejam, balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstração da dívida fundada interna, demonstração da dívida fluante, além das notas explicativas pertinentes às execuções orçamentária, financeira dos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e Indireta, complementadas pela demonstração dos resultados nominal e primário previstos na LRF.

O Balanço Geral do Município tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados em função das ações governamentais desenvolvidas durante o exercício de 2019, tomando-se por base as informações orçamentárias e contábeis.

Neste aspecto, passa-se a analisar a regularidade das demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral do Município, integrantes da prestação de contas de governo referente ao exercício de 2019, verificando a situação financeira, orçamentária e patrimonial do Município, em relação aos seus aspectos relevantes.

3.1. Execução Orçamentária

Definido pela Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas, sendo estruturado nos termos do Anexo 12 da referida Lei. O Balanço Orçamentário compõe o rol das demonstrações contábeis que devem ser apresentadas junto à prestação de contas do Chefe do poder Executivo, ao término de cada exercício.

Atendendo ao princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Nº 6.830, Lei Orçamentária Anual 2019, previu as Receitas e autorizou as Despesas de forma igualitária em **R\$ 2.651.707.542,00** (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais), sendo as receitas posteriormente atualizadas para **R\$ 2.696.033.862,82** (dois bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, trinta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos), enquanto a despesa passou para **R\$ 2.732.954.862,82** (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos), conforme demonstra a Tabela 4 abaixo.



TABELA 4 - Orçamento Atualizado

Receitas	Previsão atualizada	Despesas	Dotação atualizada
Receitas Orçamentárias		Despesas Orçamentárias	
Receitas Correntes	2.375.182.900,82	Créditos Orçamentários e Suplementares	2.732.293.292,76
Receitas de Capital	320.850.962,00	Créditos Especiais	0
Total das Receitas Orçamentárias	2.696.033.862,82	Reserva de Contingência	661.570,06
Déficit	36.921.000,00	Superávit	0
Total	2.732.954.862,82	Total	2.732.954.862,82

Fonte: Balanço Orçamentário - Lei 4.320 (acesso e-safira: 19/02/2020)

Iniciada a execução do orçamento, desconsiderando as operações de natureza intraorçamentária e incluindo a abertura de créditos adicionais, observa-se um desequilíbrio orçamentário em relação a receita.

Conforme se destaca no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 8ª edição - “Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.”

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência.” Dessa forma, de um lado a previsão atualizada da receita perfaz um total de **R\$ 2.696.033.862,82** (dois bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, trinta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos), e de outro o valor da dotação atualizada da despesa totaliza **R\$ 2.732.954.862,82** (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos). Como resultado, verifica-se o déficit apresentado no Balanço Orçamentário de **R\$ 36.921.000,00** (trinta e seis milhões, novecentos e vinte e um mil), que se explica pela abertura de créditos adicionais sem a respectiva alteração do valor da receita, no momento da sua atualização.

TABELA 5 – Execução das receitas e despesas orçamentárias

RECEITAS	2018			2019		
	Previsão (A)	Arrecadação (B)	B/A (%)	Previsão (A)	Arrecadação (B)	B/A (%)
Receitas Correntes	2.150.592.959	2.125.298.424	98,8	2.265.693.062	2.315.482.899	102,2
Receitas de Capital	225.917.962	4.011.019	1,8	251.726.058	15.530.150	6,2
Receita IntraOrçamentária	219.766.944	224.876.899	102,3	215.535.743	197.558.988	91,7
Soma	2.596.277.865	2.354.186.343	90,7	2.732.954.863	2.528.572.037	92,5
Suplementação	3.497.382	-	-	-	-	-
Déficit de Arrecadação	-	245.588.904	-	-	204.382.826	-
TOTAL	2.599.775.247	2.599.775.247	100,0	2.732.954.863	2.732.954.863	100,0



DESPESAS	2018			2019		
	Fixação (A)	Execução (B)	B/A (%)	Fixação (A)	Execução (B)	B/A (%)
Despesas Correntes	2.229.915.416	2.134.652.667	95,7	2.404.896.405	2.278.258.401	94,7
Despesas de Capital	128.167.808	51.501.215	40,2	114.442.586	62.764.745	54,8
Reserva de Contingência	667.412	-	-	661.570	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Despesas Intra Orçamentária	241.024.611	224.684.787	93,2	212.954.302	205.514.644	96,5
Soma	2.599.775.247	2.410.838.669	92,7	2.732.954.863	2.546.537.789	93,2
Superávit	-	188.936.578	-	-	186.417.073	-
Déficit	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.599.775.247	2.599.775.247	100,0	2.732.954.863	2.732.954.863	100,0

Fonte: Balanço Orçamentário - Lei 4.320 (acesso e-safira: 19/02/2020)

Nessa análise, se considerar em separado as receitas e despesas, apura-se um superávit corrente de **R\$ 37.224.498** (trinta e sete milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais), já o desempenho das receitas de capital não acompanhou a evolução das despesas de mesma natureza, pois apresentou um déficit de capital no valor de **R\$ 47.234.596** (quarenta e sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais). Assim, demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 6 – Resultado Orçamentário

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Orçamentárias	Execução	Despesas Orçamentárias	Execução
Receitas Correntes	2.315.482.899	Despesas Correntes	2.278.258.401
Déficit Corrente		Superávit Corrente	37.224.498
Receitas de Capital	15.530.150	Despesa de Capital	62.764.745
Déficit de capital	-47.234.596	Superávit Capital	
Receitas Intraorçamentárias	197.558.988	Despesas Intraorçamentárias	205.514.644
Déficit Intra Orçamentário	-7.955.655	Superávit Intra Orçamentário	
Total das Receitas Orçamentárias	2.528.572.037	Total das Despesas Orçamentárias	2.546.537.789
Déficit Orçamentário	17.965.753		
Total Geral	2.546.537.789	Total Geral	2.546.537.789

Fonte: Balanço Orçamentário - Lei 4.320 (acesso e-safira: 19/02/2020)

3.1.1. Execução das receitas orçamentárias

O MCASP – define as receitas orçamentárias em: “Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.”



Os §§1º e 2º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964, classifica economicamente as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”. As receitas efetivamente arrecadadas ou recebidas no exercício totalizaram **R\$ 2.528.572.037** (dois bilhões, quinhentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e dois mil, e trinta e sete reais), incluídas as intraorçamentárias. Desse montante, **R\$ 2.315.482.899** (dois bilhões, trezentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, e oitocentos e noventa e nove reais), equivalente a **91,57%** do total da receita arrecadada ou recebida no período, referem-se a receitas correntes orçamentárias.



3.1.2. Detalhamento da Receita executada por categoria econômica

➤ Receitas Correntes

São receitas arrecadadas dentro do exercício financeiro e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. É composta pelas seguintes receitas: Tributária, Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, Serviços e as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de Direito Público ou Privados destinadas a atender as despesas correntes. Destacando-se positivamente no exercício as receitas de Contribuição e Outras Receitas Correntes cujas variações atingiram índice acima de previsão em 6,32% e 8,34% respectivamente.

No Balanço Orçamentário as receitas são detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar.

➤ Receitas de Capital

São receitas provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas



classificáveis em Despesas de Capital. São classificadas em operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Verificando a execução das receitas de capital é possível identificar que nas Transferências de Capital ocorreu uma realização de apenas 3,72% em comparação com o previsto, ocasionada principalmente pela ausência de transferências governamentais para realização de convênios.

TABELA 7 - Receita executada por categoria econômica e origem

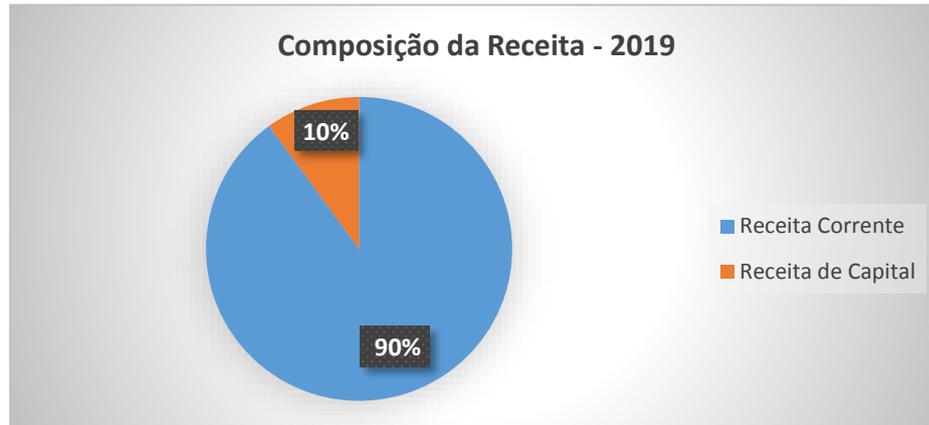
RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	%
Títulos	A	B	B-A	B/A
Receitas Correntes	2.265.693.062	2.315.482.899	49.789.837	102,20%
Receitas Tributárias	578.029.204	581.955.218	3.926.014	100,68%
Receitas de Contribuições	153.062.164	162.734.151	9.671.987	106,32%
Receita Patrimonial	85.614.996	60.955.586	-24.659.410	71,20%
Receita Agropecuária	0	0	0	-
Receita Industrial	0	0	0	-
Receita de Serviços	305.532	119.733	-185.799	39,19%
Transferências Correntes	1.402.433.418	1.459.613.926	57.180.509	104,08%
Outras Rec. Correntes	46.247.748	50.104.285	3.856.537	108,34%
Recitas IntraOrçamentárias	215.535.743	197.558.988	-17.976.755	91,66%
Receitas de Capital	251.726.058	15.530.150	-236.195.908	6,17%
Operações de Crédito	89.718.713	7.880.047	-81.838.666	8,78%
Alienação de Bens	0	0	0	-
Amortização de Empréstimos	0	0	0	-
Transferência de Capital	160.505.814	5.969.483	-154.536.331	3,72%
Outras Receitas Capital	1.501.531	1.680.619	179.088	111,93%
Total das Receitas Orçamentárias	2.732.954.863	2.528.572.037	-204.382.826	92,52%

Fonte: Balanço Orçamentário - Lei 4.320 (acesso e-safira: 19/02/2020)

A análise da tabela acima demonstra que a arrecadação da receita corrente ficou acima de sua previsão em 2,20%. Ou seja, as ações de cobrança implementadas foram eficazes quanto ao recebimento das referidas receitas. O mesmo fato não ocorreu no comportamento total das Receitas de Capital que se realizou abaixo da previsão inicial, resultando em uma arrecadação de apenas 6,17%, influenciada fundamentalmente pela perda de receitas de convênios. Nesta análise, foram consideradas as operações de natureza intraorçamentária.

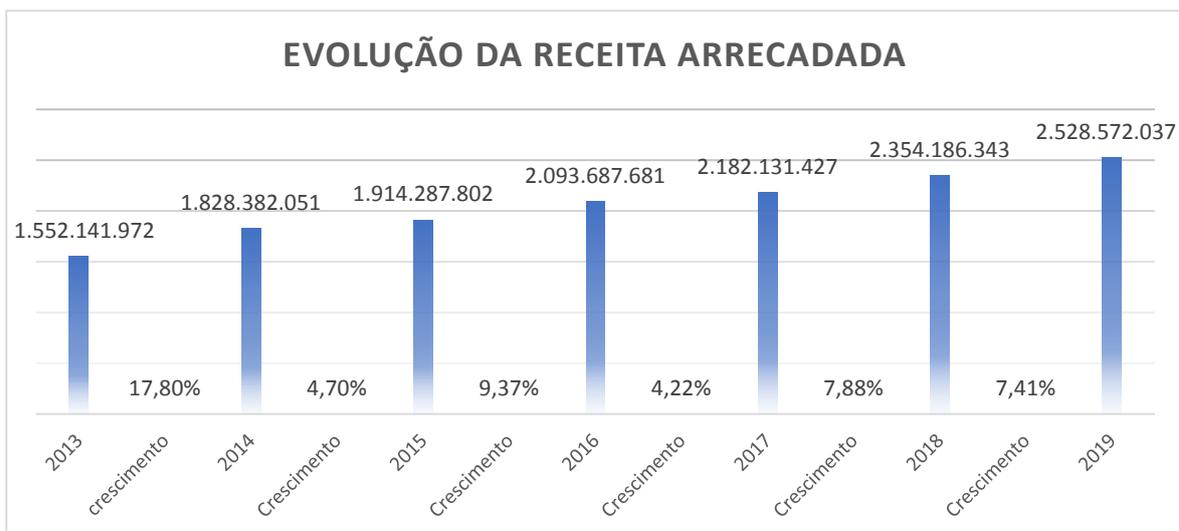
A maior parte das receitas do Município é oriunda de receitas tributárias e transferências correntes (cota-parte do ICMS, IPVA, FUNDEB, FPM, etc.).

As Receitas Correntes representam 90% e a Receita de Capital 10% da Receita Total, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



➤ Evolução da Receita Arrecadada – 2013 a 2019

No gráfico abaixo apresentamos a evolução da receita arrecadada de 2013 a 2019. Considerando-o, verifica-se uma evolução da receita arrecadada, cujo período de análise, 2013 a 2019, apresentou aumento de aproximadamente 63%.



3.1.3. Execução das despesas orçamentárias

A Despesa Pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Assim, como a receita, a despesa está classificada em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

No Balanço Orçamentário, as despesas serão demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



De acordo com o Balanço Orçamentário, a fixação inicial da totalidade dos gastos do Município de Maceió em 2019 correspondia ao montante de **R\$ 2.649.308.348,00** (dois bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, trezentos e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais) considerando inclusive as despesas intraorçamentárias. Posteriormente, com a atualização da fixação das despesas, o valor foi incrementado em **R\$ 83.646.514,82** (oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos), mediante a suplementação através de créditos suplementares, passando para **R\$ 2.732.954.862,82** (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais, e oitenta e dois centavos) conforme apresentado na tabela abaixo:

TABELA 8 - Previsão Inicial e Fixação atualizada das Despesas

Despesas Títulos	Fixação		Diferença
	Inicial	Atualizada	
Créditos Orçamentários e Suplementares			
Despesas Correntes	2.108.039.793,56	2.404.896.404,76	296.856.611,20
Despesas de Capital	308.160.153,56	114.442.586,47	193.717.567,09
Reserva de Contingência	17.572.657,88	661.570,06	-16.911.087,82
Despesas Intraorçamentária	215.535.743,00	212.954.301,53	-2.581.441,47
Reserva do RPPS	-	-	0,00
Total da Despesa	2.649.308.348,00	2.732.954.862,82	83.646.514,82

Fonte: Balanço Orçamentário - Lei 4.320 (acesso e-safira: 19/02/2020)

No entanto, apesar do incremento na previsão das despesas, a efetiva execução resultou em uma economia orçamentária no valor de **R\$ 186.417.073,44** (cento e oitenta e seis milhões, quatrocentos e dezessete mil, setenta e três reais, e quarenta e quatro centavos), pois os gastos executados somaram valores inferiores aos estimados. Segue demonstrativo da análise apresentada:

TABELA 9 - Despesas executada por categoria econômica

Despesas Títulos	Fixação Atualizada	Execução	Diferença
Despesas Correntes	2.404.896.404,76	2.278.258.400,58	-126.638.004,18
Despesas de Capital	114.442.586,47	62.764.745,14	-51.677.841,33
Reserva de Contingência	661.570,06	0	-661.570,06
Reserva do RPPS	0	0	0,00
Despesas IntraOrçamentárias	212.954.301,53	205.514.643,66	-7.439.657,87
Total das Despesas Orçamentárias	2.732.954.862,82	2.546.537.789,38	-186.417.073,44

Fonte: Balanço Orçamentário - Lei 4.320 (acesso e-safira: 19/02/2020)



➤ Despesas Correntes

São despesas de manutenção e funcionamento das atividades dos órgãos da administração pública, que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades.

Durante o exercício de 2019, as despesas correntes executadas totalizaram **R\$ 2.408.219.331,30** (dois bilhões, quatrocentos e oito milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e trinta e um reais, e trinta centavos), consideradas as de natureza intraorçamentária. Do montante citado acima, estão incluídas as despesas com pessoal e encargos, as quais atingiram **R\$ 1.336.279.245,48** (um bilhão, trezentos e trinta e seis milhões, duzentos e setenta e nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais, e quarenta e oito centavos), esse total equivale a 55,49% das despesas correntes, enquanto as despesas com Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes equivalem a 0,12% e 44,40%, respectivamente.

Outro quociente a ser analisado é o da Execução Orçamentária Corrente, resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. Segue abaixo o cálculo desse quociente.

➤ Quociente da Execução Corrente

$$= \frac{\text{Total das Receitas realizadas correntes (R\$ 2.315.482.899)}}{\text{Total das despesas empenhadas correntes (R\$ 2.408.219.331)}} = 0,9614$$

Através da interpretação desse quociente é possível verificar que a receita corrente não suportou as despesas correntes, já que o índice ficou abaixo de 1,0.

➤ Despesas de Capital

As Despesas de Capital caracterizam-se por contribuir diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. Normalmente são classificadas como despesas não efetivas, por não reduzirem a situação líquida da entidade, uma vez que em contrapartida ao gasto registra-se a entrada de um ativo ou a baixa de um passivo.

Durante o exercício de 2019, o Município executou o montante de **R\$ 138.318.458,08** (cento e trinta e oito milhões, trezentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais, e oito centavos) em despesas de capital, incluindo a movimentação intraorçamentária. Desse montante, o equivalente a 34,41% referem-se à investimentos, enquanto a amortização da dívida corresponde a 65,59%.

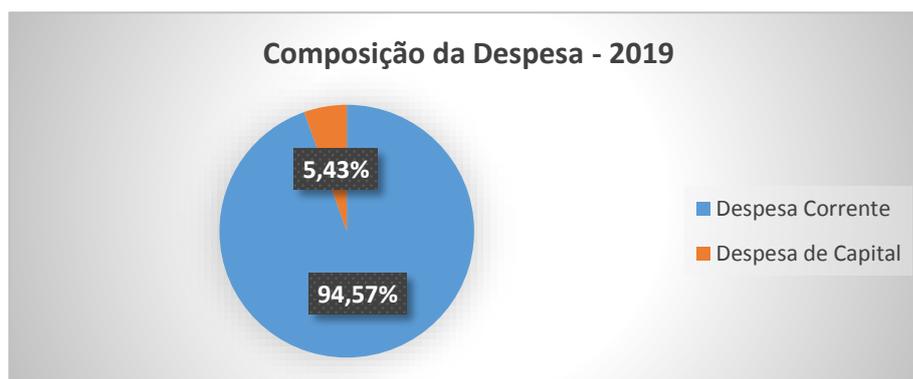


TABELA 10 - Detalhamento da Despesa executada por categoria econômica

Despesas	2019	
	R\$ 1,00	%
I - Despesas Correntes		
Pessoal e Encargos Sociais	1.336.279.245,48	55,49%
Juros e Encargos da Dívida	2.808.149,01	0,12%
Outras Despesas Correntes	1.069.131.936,81	44,40%
Total das Despesas Correntes	2.408.219.331,30	94,57%
II - Despesas de Capital		
Investimentos	47.600.237,50	34,41%
Inversões Financeiras	0	0,00%
Amortização da Dívida	90.718.220,58	65,59%
Total das Despesas de Capital	138.318.458,08	5,43%
III - DESPESA TOTAL	2.546.537.789,38	100,00%

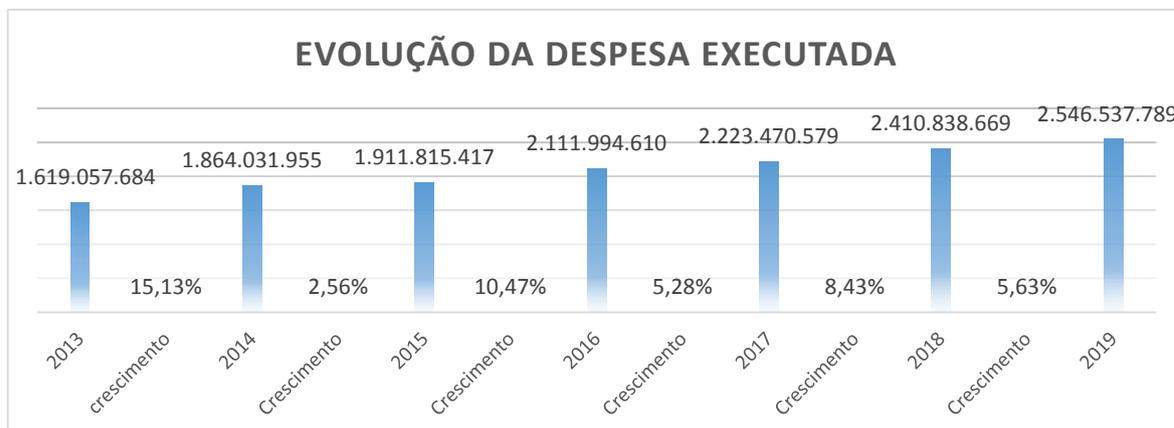
Fonte: Balanço Orçamentário - Lei 4.320 (acesso e-safira: 19/02/2020)

A participação das despesas correntes sobre o total empenhado foi de 94,57% em 2019, sendo que a execução das despesas com pessoal e encargos sociais participou com 55,49% deste total, enquanto as despesas de capital participaram com apenas 5,43% para formação da despesa total empenhada.



➤ **Evolução da Despesa Empenhada – 2013 a 2019**

No gráfico abaixo apresentamos a evolução da despesa empenhada de 2013 a 2019. Considerando-o, verifica-se uma evolução da despesa empenhada, cujo período de análise, 2013 a 2019, apresentou aumento de aproximadamente 57,29%.





3.2. Balanço Financeiro

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Nas tabelas abaixo é demonstrado o quociente orçamentário e extra orçamentário do Resultado Financeiro, que é o produto da relação entre o Resultado Orçamentário e Extraorçamentário e o Resultado Financeiro (Variação do Saldo em Espécie):

TABELA 11 – Resultado Orçamentário X Resultado Financeiro

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (a)	2.528.572.036,63
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (b)	2.546.537.789,38
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO c=(a-b)	-17.965.752,75
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (d)	469.198.156,01
SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (e)	539.834.338,88
RESULTADO FINANCEIRO f=(e-d)	70.636.182,87

Fonte: Balanço Financeiro (acesso e-safira: 01/05/2020)

TABELA 12 – Resultado Extraorçamentário X Resultado Financeiro

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (a)	469.552.478,81
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (b)	380.950.543,19
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO c=(a-b)	88.601.935,62
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (d)	469.198.156,01
SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (e)	539.834.338,88
RESULTADO FINANCEIRO f=(e-d)	70.636.182,87

Fonte: Balanço Financeiro (acesso e-safira: 01/05/2020)

Conferência do Resultado Financeiro	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO + EXTRAORÇAMENTÁRIO	70.636.182,87

Nota-se pelos quadros acima que ocorreu variação negativa no Resultado Orçamentário. Diferentemente, o saldo de Disponibilidade do exercício de 2018 para o de 2019 apresentou variação positiva. Verifica-se ainda, que o Resultado Extraorçamentário contribuiu positivamente para o resultado financeiro no total de **R\$ 70.636.182,87**.



3.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público.

O Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura em 31/12/2019 foi elaborado e apresentado de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, além da Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e da Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016, que aprovaram a 7ª. edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, e disposições legais complementares vigentes.

Na elaboração do Balanço Consolidado da Prefeitura da Cidade de Maceió foram considerados os órgãos da Administração Direta, e todas as entidades dependentes que integram a Administração Indireta, além do Poder Legislativo.

TABELA 13 - Balanço Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO			
	EXERCÍCIO 2018	AV	EXERCÍCIO 2019	AV
ATIVO CIRCULANTE	1.868.753.079,26	96,0%	2.230.397.813,43	99,8%
Caixa e Equivalentes de Caixa	261.344.384,12	13,4%	282.581.056,57	12,6%
Créditos a curto Prazo	1.344.486.525,67	69,0%	1.627.028.220,36	72,8%
Créditos Tributários a Receber	1.225.701.064,25	62,9%	1.512.868.368,67	67,7%
Cliente	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Crédito de Transferências a Receber	1.744.583,88	0,1%	1.744.583,88	0,1%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Dívida Ativa Tributária	117.040.877,54	6,0%	111.791.711,53	5,0%
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,0%	623.556,28	0,0%
Demais Créditos a Curto Prazo	45.408.817,51	2,3%	53.875.674,12	2,4%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	207.853.771,89	10,7%	257.253.282,31	11,5%
Estoques	9.659.580,07	0,5%	9.659.580,07	0,4%
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,0%	0,00	0,0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	78.799.522,58	4,0%	5.150.428,49	0,2%
Realizável a Longo Prazo	-293.515.275,04	-15,1%	-393.276.026,32	-17,6%
Créditos a Longo Prazo	-294.014.588,04	-15,1%	-393.775.339,32	-17,6%
Créditos Tributários a Receber	17.591.773,96	0,9%	17.591.773,96	0,8%
Clientes	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Empréstimo e Financiamento Concedido	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Dívida Ativa Tributária	732.380.404,49	37,6%	692.649.697,49	31,0%
Dívida Ativa não Tributária-Clientes	158.173.230,95	8,1%	98.143.186,67	4,4%
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Longo Prazo	-1.202.159.997,44	-61,7%	-1.202.159.997,44	-53,8%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	487.367,20	0,0%	487.367,20	0,0%
Investimentos Temporários a Longo Prazo	11.945,80	0,0%	11.945,80	0,0%
Estoques	0,00	0,0%	0,00	0,0%
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Investimento	1.784.789,60	0,1%	1.784.789,60	0,1%



Participações Permanentes	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Participações Avaliadas pelo MEP	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Participações Avaliadas pelo MC	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Propriedades para Investimento	1.784.789,60	0,1%	1.784.789,60	0,1%
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Imobilizado	370.489.429,16	19,0%	396.601.086,35	17,7%
Bens Móveis	97.637.352,51	5,0%	106.765.395,69	4,8%
Bens Imóveis	276.480.993,61	14,2%	293.464.607,62	13,1%
(-)Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	-3.628.916,96	-0,2%	-3.628.916,96	-0,2%
(-)Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Intangível	40.578,86	0,0%	40.578,86	0,0%
Softwares	40.578,86	0,0%	40.578,86	0,0%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Diferido	0,00	0,0%	0,00	0,0%
TOTAL DO ATIVO	1.947.552.601,84	100,0%	2.235.548.241,92	100,0%

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2018	AV	EXERCÍCIO 2019	AV
PASSIVO CIRCULANTE	253.412.167,58	13,0%	305.425.802,64	13,7%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	118.598.873,26	6,1%	131.741.973,29	5,9%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.374.674,43	0,2%	0,00	0,0%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	20.418.947,68	1,0%	35.130.619,68	1,6%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.474.823,81	0,1%	14.229,88	0,0%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,0%	1.213.500,00	0,1%
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Demais Obrigações a Curto Prazo	108.544.848,40	5,6%	137.325.479,79	6,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.468.126.900,85	229,4%	4.676.416.054,38	209,2%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	64.388.760,01	3,3%	127.084.588,86	5,7%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	158.796.344,72	8,2%	305.616.676,74	13,7%
Fornecedores e contas a pagar a Longo Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	5.646.180,18	0,3%	4.419.172,84	0,2%
Provisões a Longo Prazo	4.239.295.615,94	217,7%	4.239.295.615,94	189,6%
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Resultado Diferido	0,00	0,0%	0,00	0,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-2.773.986.466,59	-142,4%	- 2.746.293.615,10	-122,8%
Patrimônio Social e Capital Social	5.559.963,97	0,3%	5.559.963,97	0,2%
Reservas de Capita	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Reservas de Lucros	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Demais Reservas	30.200,64	0,0%	30.200,64	0,0%
Resultados Acumulados	-2.779.576.631,20	-142,7%	-2.751.883.779,71	-123,1%
Resultado do Exercício	-697.730.372,53	-35,8%	329.767.526,99	14,8%
Resultado de Exercícios Anteriores.	-1.842.066.441,99	-94,6%	-2.741.881.056,47	-122,6%
Ajustes de Exercícios Anteriores.	-239.779.819,68	-12,3%	-339.770.250,23	-15,2%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,0%	0,00	0,0%
TOTAL DO PASSIVO +PL	1.947.552.601,84	100,0%	2.235.548.241,92	100,0%

FONTE: Balanço Patrimonial (acesso e-safira: 30/04/2020)



Considerando o Balanço Patrimonial Consolidado acima, pode-se constatar, em 2019, a diferença entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante foi na ordem de **R\$ 1.924.972.010,79** (um bilhão, novecentos e vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e dois mil, dez reais, e setenta e nove centavos), respectivamente, definidos na Resolução CFC nº 1.437/2013 como “o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis”, cujo índice de liquidez corrente segue abaixo.

$$LIQUIDEZ CORRENTE = \frac{ATIVO CIRCULANTE (R\$ 2.230.397.813,43)}{PASSIVO CIRCULANTE (R\$ 305.425.802,64)} = 7,30$$

O resultado demonstra que a Prefeitura dispõe de recursos para uma possível liquidação de obrigações de curto prazo considerando até um ano a partir do encerramento, pois para cada um real de dívida de curto prazo, há disponível R\$ 7,30.

A disponibilidade financeira transferida para o exercício de 2019, conforme registrado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 282.581.056,57** (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cinquenta e seis reais, e cinquenta e sete centavos), representando um percentual de aproximadamente 12,6% em relação ao Ativo total, cuja capacidade de liquidação de obrigações está demonstrada no índice abaixo.

$$LIQUIDEZ IMEDIATA = \frac{DISPONÍVEL (R\$ 282.581.056,57)}{PASSIVO CIRCULANTE (R\$ 305.425.802,64)} = 0,92$$

O resultado indica que o Município dispõe de disponibilidade de caixa na ordem R\$ 0,92 para cada um real de dívida, considerando quase possível a liquidação de obrigações de curtíssimo prazo. Os créditos de curto prazo são compostos basicamente pela rubrica da Créditos Tributários a receber e Dívida Ativa Tributária que tiveram papel fundamental no Balanço Patrimonial do Município em 2019, haja vista que correspondem respectivamente a 67,7% e 5% do Ativo Total.

A maior parte das obrigações do Município é constituída de obrigações exigíveis a longo prazo, que montam em **R\$ 4.676.416.054,38**, e representam 209,2% do Passivo Total. As obrigações exigíveis de longo prazo, classificadas como Passivo Não Circulante, são formadas fundamentalmente por empréstimos e financiamentos no valor de **R\$ 305.616.676,74**, além das provisões no valor de **R\$ 4.239.295.615,94**.

O Patrimônio Líquido negativo no valor total de **R\$ -2.746.293.615,10**, em 2019 está representado fundamentalmente pelos Resultados de Exercícios Anteriores que apresenta em valores absolutos **R\$ -2.741.881.056,47**.

NOTA: É imperioso destacar o saldo invertido da conta Realizável a Longo Prazo, acarretado devido a erro de parametrização que não trouxe a previsão correta dos Créditos Tributários a receber. Além disso, o resultado do exercício diverge da Demonstração das Variações Patrimoniais por ter sido considerado o resultado do exercício anterior na mesma conta do exercício.



3.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. As variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

TABELA 14 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Título	2018	2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.611.312.792,69	825.344.678,37
Contribuições	366.387.634,21	292.153.658,86
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.403.994,12	1.125.885,26
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	27.148.991,30	13.629.379,18
Transferências e Delegações Recebidas	3.218.974.528,84	3.234.305.377,65
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	139.536.765,94	45.499.602,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	16.885.945.691,77	94.558.412,27
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	22.251.710.398,87	4.506.616.993,88
Pessoal e Encargos	990.486.981,92	1.055.690.389,12
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	301.869.517,35	345.543.464,79
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	755.484.180,00	848.716.164,93
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	62.330.899,22	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	1.904.931.375,44	1.804.815.041,86
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorpor. de Passivos	333.291.036,11	17.490.336,24
Tributárias	257.592.306,93	25.832.513,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.278.008.612,06	16.238.550,04
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	22.883.994.909,03	4.114.326.460,62
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I - II)	- 632.284.510,16	392.290.533,26

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais (acesso e-safira: 01/05/2020)

No exercício de 2019, conforme Demonstração extraída do sistema SAFIRA, o total das Variações Aumentativas menos as Variações Diminutivas, gerou um superávit no valor de **R\$ 392.290.533,26** (trezentos e noventa e dois milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e trinta e três reais, e vinte e seis centavos).

NOTA: É imperioso destacar que houve erros de parametrização nos saldos do ano anterior (2018) da demonstração das variações patrimoniais, ocasionando valores muito superiores aos reais.



3.5. Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

A Dívida Pública consolidada ou fundada refere ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Ao se realizar a análise horizontal, observa-se um aumento significativo na dívida, de 2018 para 2019, na ordem de 89%; ou seja, saltando, em termos nominais, do saldo do exercício anterior (R\$ 233.377.614,00) para o saldo do exercício seguinte (R\$ 440.411.654,00).

Esse aumento da dívida se deu especialmente pela tomada de financiamento para o programa CAF – REVITALIZA MACEIÓ no montante de R\$ 282.552.252,00.

Com relação à análise vertical dos itens da Dívida Fundada Interna que apresentam significativa participação no saldo total da dívida, além do CAF – REVITALIZA MACEIÓ que representa 64,04%, destacam-se o Parcelamento com o RPPS Executivo com 18,76%; Parcelamento com os Tributos, representado pelo REFIS (Lei 11941/09) com 5,57%; Parcelamento com INSS com 3,50%.

TABELA 15 - Demonstração da Dívida Fundada Interna

Leis (Nº e Data)	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO R\$		SALDO P/ EXERCÍCIO SEGUINTE
		Emissão	Resgate	
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA LEI 8.727/93	-	-	-	-
PRODETUR	6.909.231	7.931.741	13.306.017	1.534.955
PROVIAS	-	-	-	-
DÍVIDA ATIVA PGFN Nº 43610004043	-	-	-	-
PARCELAMENTO LEI 11.941/09- REFIS/PAES/PAEX	28.705.762	5.411.779	9.600.926	24.516.614
BÔNUS - RES/98 DMLP	6.489.174	252.761	505.523	6.236.412
OP DE CRÉDITO URBANIZAÇÃO DE MACEIÓ	-	10.000.000	120.436	9.879.564
CEF/BID	10.346.163	8.779.579	13.308.996	5.816.746
PARCELAMENTO INSS	17.231.623	2.532.146	4.362.749	15.401.020
PARCELAMENTO FGTS	873.792	-	-	873.792
PARCELAMENTO IPREV - LEGISLATIVO	7.805.734	7.807.674	8.656.641	6.956.767
PARCELAMENTO IPREV - EXECUTIVO	149.369.957	201.672.923	268.415.267	82.627.613
PARCELAMENTO DCTF	-	-	-	-
PASEP	5.646.180	1.732.144	2.959.151	4.419.173
CAF - REVITALIZA MACEIÓ	-	282.552.252	403.253	282.149.000
TOTAL	233.377.614	528.672.999	321.638.959	440.411.654

FONTE: Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna (acesso e-safira: 01/05/2020)



3.6. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A dívida de curto prazo, ou fluante, é composta por débitos com fornecedores decorrentes de contratações de bens e serviços (Despesas Liquidadas a Pagar), bem como de obrigações decorrentes de depósitos de terceiros em que o Município é mero depositário desses valores, como as consignações descontadas em folhas dos servidores e que terão que ser repassados a quem de direito, as cauções vinculadas à contratação de obras, os depósitos judiciais em poder do Tribunal de Justiça e outras entradas compensatórias

Depreende-se da Tabela abaixo que a Dívida Flutuante no fim do exercício de 2019, somou-se no valor total de **R\$ 409.458.461,00**, com variação para maior de 28,19% quando comparada com o exercício de 2018.

A Dívida Flutuante é composta fundamentalmente dos saldos de Pessoal e Encargos Sociais a Pagar no valor de **R\$ 83.209.600,00**; Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo no valor de **R\$ 35.130.620,00**; Valores Restituíveis no valor de **R\$ 132.169.323,00**, além de Restos a Pagar Não Processados – Inscritos no exercício no valor de **R\$ 104.032.659,00**.

TABELA 16 - Demonstração da Dívida Flutuante

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO ATUAL
	R\$	Inscrições	Pagamentos	R\$
PESSOAL A PAGAR	47.795.110	1.028.344.297	992.929.807	83.209.600
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	4.258.915	446.530.397	446.897.345	3.891.967
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS A PAGAR	6.162.826	135.641	136.704	6.161.763
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	60.382.022	173.846.324	195.749.703	38.478.643
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,0	15.845.522	15.845.522	0
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,0	403.253	403.253	0
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	4.374.674	73.320.098	77.694.773	0
FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,0	0,0	0,0	0
JUROS E ENCARGOS A PG DE EMPRÉST. E FINAN. A CP -INTERNO	0,0	8.203.953	8.203.953	0
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	20.418.948	1.019.551.421	1.004.839.749	35.130.620
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	0,0	1.227.395	1.227.395	0
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	1.474.824	23.497.826	24.958.419	14.230
OBRIGAÇÕES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,0	4.918.644	3.705.144	1.213.500
VALORES RESTITUÍVEIS	103.718.464	341.388.011	312.937.152	132.169.323
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.826.385	94.587.947	94.258.174	5.156.157
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	65.992.415	104.032.658,7	65.992.415	104.032.659
TOTAL	319.404.582	3.335.833.386	3.245.779.507	409.458.461

FONTE: Lei 4.320 - Demonstração da Dívida Flutuante (acesso e-safira: 02/05/2020)



3.7. Gastos com Pessoal

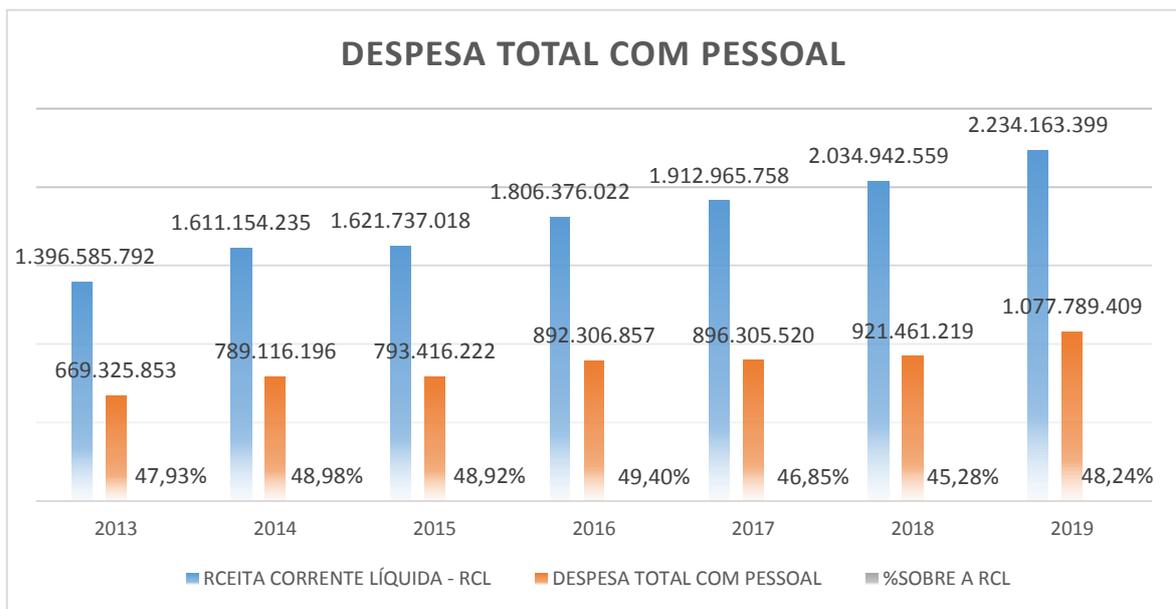
Conforme demonstrado pela Tabela 17, a despesa com pessoal de 2019 consumiu 50,59% da receita corrente líquida (RCL) arrecadada no exercício, abaixo do limite legal (60%) e abaixo do limite prudencial, que é de 57%. Sendo que o Poder Executivo foi responsável pelo consumo de 48,24% da RCL.

TABELA 17 – Despesa com pessoal

Despesas com pessoal	2018	%RCL18	2019	%RCL19
Poder Executivo	921.461.219	45,28%	1.077.789.409	48,24%
Pessoal Ativo	921.463.236		958.868.808	
Pessoal Inativo e Pensionistas	291.360.617		324.984.433	
Outras Despesas de Pessoal	36.291.744		49.213.157	
Deduções	318.780.428		255.276.990	
Poder Legislativo	50.340.420	2,47%	52.426.004	2,35%
Pessoal Ativo	50.340.420		52.426.004	
Pessoal Inativo e Pensionistas				
Total Despesa Líquida com Pessoal	971.801.639	47,76%	1.130.215.413	50,59%
Receita Corrente Líquida	2.034.749.007		2.234.163.399	

Fonte: RGF - Demonstrativo de Gasto com Pessoal (anexo I) (acesso e-safira: 16/03/2020)

O gráfico abaixo contém os valores da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Líquida com Pessoal - DLP do Poder executivo, e seu percentual (%) sobre a RCL:





3.8. Gastos com Saúde

TABELA 18 – Demonstrativo Resumido de Gastos com Saúde

TOTAL DAS DESPESAS COM SAUDE- (I)	802.218.046,58
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS - (II)	477.028.531,78
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - (III) = (I – II)	325.189.514,80
TOTAL DAS RECEITAS COM IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS LEGAIS	1.360.898.024,89
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM SAÚDE = Total das despesas com ações e serviços de saúde / Total das receitas com impostos e transferências legais =23,90 %	

Fonte: RREO 2019 (acesso e-safira: 18/05/2020)

O percentual das despesas com ações e serviços públicos de saúde foi de 23,90%, portanto, acima do limite mínimo constitucional fixado de 15%.

3.9. Gastos com Educação

Do total da despesa realizada, constatou-se que foi aplicado o percentual de 25,06% na manutenção e desenvolvimento do ensino, acima, portanto, do limite mínimo constitucional que é de 25%, conforme estabelecido no “caput” do artigo 212 da Constituição Federal.

TABELA 19 – Demonstrativo Resumido de Gastos com Educação

TOTAL DAS DESPESAS COM MDE - (I)	371.081.179,28
DEDUÇÕES CONSIDERADAS NAS DESPESAS COM MDE - (II)	20.558.893,19
TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (III) =(I – II)	350.522.286,09
TOTAL DAS RECEITAS COM IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS LEGAIS	1.398.666.038,98
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE = Total das despesas para fins de limite / total das receitas com impostos e transferências legais =25,06%	

Fonte: RREO 2019 (acesso e-safira: 18/05/2020)

3.10. Disponibilidades de Caixa Líquida

O Demonstrativo visa a dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, pelo confronto da coluna dos RP empenhados e não liquidados do exercício com a disponibilidade de caixa líquida, segregados por vinculação, em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, alíneas “a” e “b”. O limite de inscrição em restos a pagar não processados, em cada exercício, é a disponibilidade de caixa líquida por vinculação de recursos.



TABELA 20 – Disponibilidade de Caixa Líquido

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDO = (a)-(b+c+d+e)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		RP não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (C)			
Rec. Vinculados	501.813.458	35.827.325	24.188.528	21.289.198	99.197.119	321.311.288
Rec. Não Vinculados	37.369.722	771.789	20.656.334	634.058	32.563.065	- 17.255.524
TOTAL	539.183.180	36.599.114	4.844.862	21.923.256	131.760.184	304.055.764

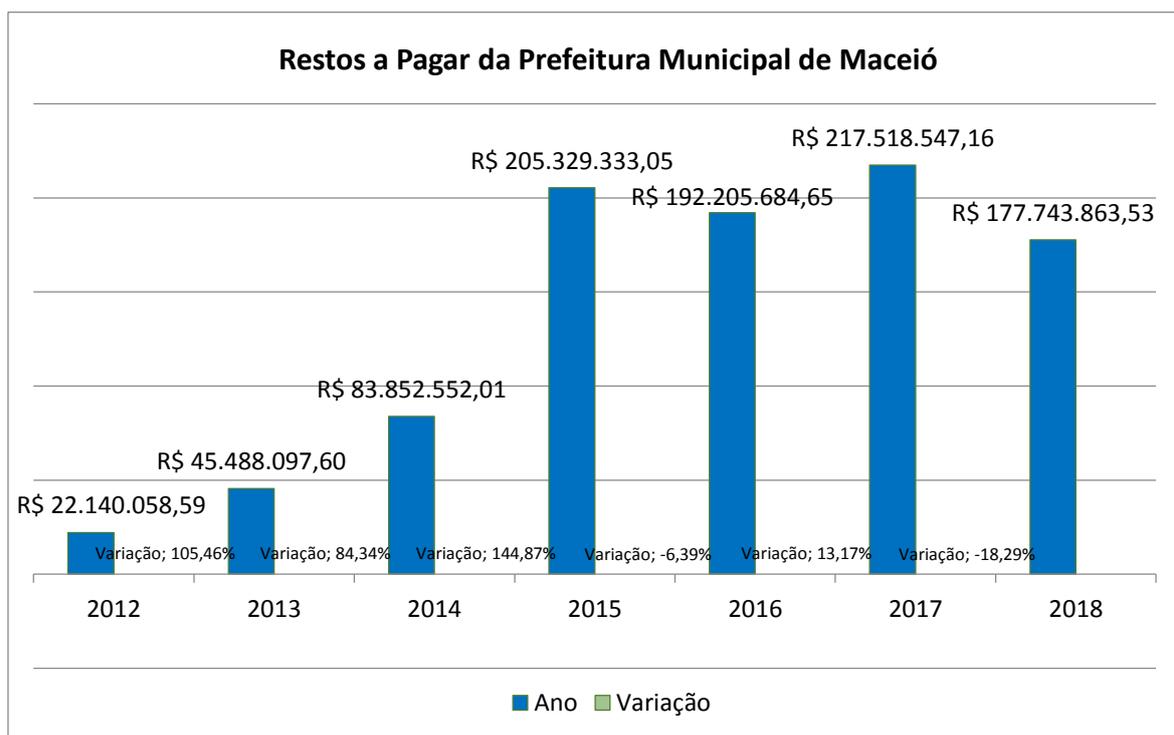
Fonte: RREO 2019 (acesso e-safira: 18/05/2020)

Na tabela resumida acima, podemos observar o total da Disponibilidades de Caixa Líquida em 2019 de **R\$ 304.055.764,00**, representado pela Disponibilidade de Caixa Bruto menos os Restos a Pagar e Demais Obrigações Financeiras.

3.11. Evolução dos Restos a Pagar – 2012 a 2018

São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

A tabela abaixo contempla todos os restos a pagar no final dos exercícios de 2012 a 2018. Não foi possível extrair os restos do final de 2019, devido mudança de sistema.





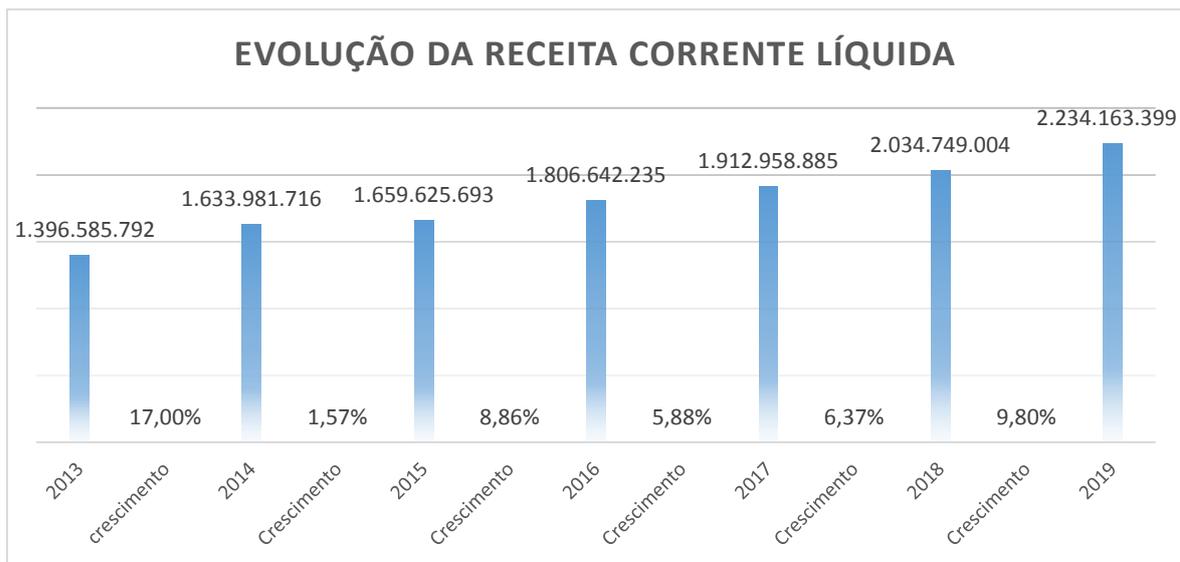
No ano de 2018, os restos a pagar sofreu redução de 18,29%. Apesar da redução, é importante examinar o aumento significativo desde o ano de 2012.

3.12. Metas Fiscais

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município de Maceió no exercício de 2019, em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 6.788, de 08 de novembro de 2018), atualizada pela Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 6.830, de 18 de janeiro de 2019).

3.12.1. Receita Corrente Líquida – RCL

A Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2019 apresenta aumento de 9,80% em valores nominais, como pode ser observado na Tabela abaixo.



3.12.2. Resultado Primário

O resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras (isto é, não considera aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos, alienação de bens, juros e encargos da dívida, concessão de empréstimos e amortização da dívida), no exercício de 2019 alcançou o patamar superavitário de **R\$ 50.331.161,91**, ante ao déficit de **R\$ 62.704.654,42** alcançado em 2018.

NOTA: É imperioso destacar que houve erro de parametrização na repetição da meta 2019-2018 trazida pelo relatório no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias atualizado pela Lei Orçamentária Anual, conforme demonstra a Tabela 21.



TABELA 21 – Demonstrativo do Resultado Primário - 2018 e 2019

Especificação	2018	2019	Variação
Receitas Primárias Correntes	2.093.054.577,68	2.297.022.312,65	203.967.734,97
Receitas Primárias de Capital	4.011.018,87	7.650.102,35	3.639.083,48
Receitas Primárias Líquidas	2.097.065.596,55	2.304.672.415,00	207.606.818,45
Despesas Primárias Correntes	2.130.273.381,62	2.225.801.314,97	95.527.933,35
Despesas Primárias de Capital	29.496.869,35	28.539.938,12	-956.931,23
Despesas Primárias Líquidas	2.159.770.250,97	2.254.341.253,09	94.571.002,12
Resultado Primário	-62.704.654,42	50.331.161,91	113.035.816,33
Meta Fixada LDO / LOA	-35.740.050,00	-35.740.050,00	0,00

Fonte: RREO 2019 (acesso e-safira: 18/05/2020)

Em valores nominais, o resultado primário alcançado no exercício de 2019 apresentou uma variação positiva de **R\$ 113.035.816,33** em relação ao resultado do exercício de 2018.

As receitas primárias líquidas correspondem à arrecadação do período deduzida dos rendimentos de aplicações financeiras e receitas de juros de empréstimos concedidos, no caso das receitas correntes, e deduzidas, ainda, de receitas de operações de crédito, amortizações de empréstimos e de alienação de ativos, no caso das receitas de capital. Já as despesas primárias líquidas equivalem ao total de despesas orçamentárias, deduzidas das despesas com juros e encargos da dívida (despesas correntes), concessão de empréstimos e amortização da dívida fundada (despesas de capital).

3.12.3. Resultado Nominal

O resultado nominal, que equivale à variação da dívida fiscal líquida, foi negativo em **R\$ 135.598.612,25** em 2019.

TABELA 22 – Demonstrativo do Resultado Nominal - 2018 e 2019

Especificação	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Dez 2019 (B)	Resultado Nominal Dez 2019 (B-A)
Dívida Consolidada (1)	279.626.835,63	487.058.096,60	207.431.260,97
Disponibilidade de Caixa Bruta e Demais Haveres Financeiros (2)	195.160.150,67	266.992.799,39	71.832.648,72
Dívida Consolidada Líquida (3=1-2)	84.466.684,96	220.065.297,21	135.598.612,25
Passivos Reconhecidos (4)			-
Dívida Fiscal Líquida (5=3-4)	84.466.684,96	220.065.297,21	- 135.598.612,25
Meta Fixada LDO/LOA	-62.614.302,15	-62.614.302,15	

Fonte: RREO 2019 (acesso e-safira: 18/05/2020)

NOTA: É imperioso destacar que houve erro de parametrização na repetição da meta 2019-2018 trazida pelo relatório no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias atualizado pela Lei Orçamentária Anual, conforme demonstra a Tabela 22.



3.12.4. Dívida Consolidada Líquida

TABELA 23 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - 2018 e 2019

Especificação	2018	2019
Dívida Consolidada (1)	279.626.835,63	487.058.096,60
Disponibilidade de Caixa Bruta e Demais Haveres Financ. (2)	195.160.150,67	266.992.799,39
Dívida Consolidada Líquida (A) = (1-2)	84.466.684,96	220.065.297,21
Receita Corrente Líquida (C)	2.034.749.007,41	2.234.163.399,14
Limite definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal para a Dívida Consolidada Líquida -1,2 x RCL (D)	2.441.698.808,89	2.680.996.078,97
Índice da Dívida Consolidada Líquida (A/C)	4,15%	9,85%
Margem Livre da Dívida Consolidada Líquida (D-A)	2.357.232.123,93	2.460.930.781,76

Fonte: RGF 2019 - (acesso e-safira: 18/05/2020)

O total da Dívida Consolidada Líquida no exercício de 2019 equivaleu a 9,85% da receita corrente líquida, enquanto a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece como limite 120% da receita corrente líquida.

3.12.5. Resumo dos Índices da Prefeitura

A Tabela 24 apresenta um resumo dos índices alcançados pela Prefeitura em relação aos limites estabelecidos, comparando-os nos últimos três exercícios.

TABELA 24 – Resumo dos Índices da Prefeitura

Índices	Limite	2019	2018	2017
Despesa c/ Pessoal Consolidado(a)	60% RCL	50,59%	47,76%	49,00%
Despesa c/ Pessoal - Poder Executivo(a)	54% RCL	48,24%	45,28%	46,90%
Dívida Consolidada Líquida(a)	120% RCL	9,85%	4,15%	7,74%
Operações de Crédito(a)	16% RCL	0,35%	0,00%	0,00%
ARO(a)	7% RCL	0,00%	0,00%	0,00%
Amortização, Juros e Encargos da Dívida (a)	11,50% RCL	0,00%	0,00%	0,00%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (b)	25% RRI	25,06%	25,40%	25,56%
Remuneração Educação/FUNDEB(b)	60% EF/EB	99,86%	87,59%	138,76%
Saúde (b)	15% RRI	23,90%	22,89%	23,83%

(a) Limite máximo

(b) Limite mínimo

RCL = Receita Corrente Líquida

RRI = Receita Resultante de Impostos

EF/EB = Gastos com ensino fundamental/educação básica realizados com recursos do FUNDEB



CAPÍTULO IV - GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.13. Aquisição de Bens e Serviços

As despesas correntes e de capital empenhadas com aquisição de BENS E SERVIÇOS totalizaram, em 2019, **R\$ 2.546.537.789,38**, sendo **R\$ 2.408.219.331,30** de despesas correntes e **R\$ 138.318.458,08** de despesas de capital, correspondendo respectivamente a 94,57% e 5,43% do total de todos os empenhos.

Ressalte-se que as respectivas aquisições foram efetuadas em conformidade com as regras estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria no tocante a obediências às modalidades licitatórias respectivas.

3.14. Diárias

As despesas empenhadas e liquidadas com Diárias em 2019 corresponderam a **R\$ 887.979,50**, uma redução de aproximadamente 30% em relação ao ano passado (**R\$ 1.269.369,90**). As Diárias são representadas basicamente por DIÁRIAS NO PAÍS **R\$ 877.879,50**, seguido de DIÁRIAS NO EXTERIOR **R\$ 5.800,00** e OUTRAS DIÁRIAS **R\$ 4.300,00**.

3.15. Aquisição de Combustível

As despesas com combustível empenhadas e liquidadas em 2019 corresponderam a **R\$ 6.967.306,73**, enquanto em 2018 as despesas corresponderam a **R\$ 6.110.917,05**, representando um aumento de 14,01% com relação ao exercício anterior, executadas mediante contratação em conformidade a Lei 8.666/93.

3.16. Passagens e Despesas com Locomoção

As despesas com Passagens empenhadas e liquidadas em 2019 corresponderam a **R\$ 1.250.875,80**, enquanto em 2018 as despesas corresponderam a **R\$ 1.219.332,27**, representando um aumento de 2,59% com relação ao exercício anterior.

3.17. Outras Despesas de Pessoal – TERCEIRIZAÇÃO

Houve um aumento significativo de 35,60% na despesa com Terceirização de Pessoal, saltando de **R\$ 36.291.744,09** em 2018, para **R\$ 49.213.157,27** em 2019.



CAPÍTULO V - AÇÕES DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO, REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

3.18. Análise da movimentação financeira e contábil

A análise está baseada nos extratos bancários e na movimentação registrada no sistema orçamentário, financeiro e contábil da Prefeitura de Maceió, e-SAFIRA. Após verificação, foram constatadas as seguintes situações:

1. Ausência de registro contábil de resgate e aplicação das movimentações financeiras no mês de dezembro de 2019;
2. Ausência de conciliação bancária no mês de dezembro de 2019;
3. Registro de receita e despesa não reconhecida no banco.

3.19. Análise de Adiantamento Concedido a Servidores

Foram efetuados adiantamentos a servidores para pagamento de despesas de pronto pagamento sob a égide do Decreto Municipal nº. 6.653/2006. As prestações de contas encaminhadas ao órgão de Controle Interno, também atendendo ao mesmo Decreto, foram analisadas e diligenciadas para correção das falhas.

As diligências emanadas do Controle Interno foram prontamente atendidas pelos responsáveis dos adiantamentos com as devidas correções, sendo expedida a respectiva homologação e baixa das responsabilidades conforme sentença o Decreto regulamentar.

3.20. Diretoria de Auditoria Geral

- Análise e parecer técnico nos processos de concessão de Diárias em obediência ao Decreto Municipal nº 7.564/2013.

Foram analisadas previamente processos de concessões de diárias aos servidores, sendo emitidos pareceres técnicos quanto à regularidade dos mesmos, onde as inconformidades foram diligenciadas junto aos servidores para correção das falhas.



RELATÓRIO FINAL

Por meio dessa análise, acerca das demonstrações orçamentárias do município de Maceió relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Secretaria Municipal de Controle Interno - SMCI cumpre uma de suas responsabilidades, qual seja, apresentar manifestação que subsidie o exame e o julgamento da Prestação de Contas Anual do Poder Executivo.

A Lei Municipal Nº 6.788, de 08 de novembro de 2018, que aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019, estabelecendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal e a Lei Municipal Nº 6.830, de 18 de janeiro de 2019, que aprova a Lei Orçamentária Anual, compreendendo o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social, estão em consonância com o Plano Plurianual, atendendo desta forma ao artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e ao caput do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É fundamental esclarecer que essa análise se refere às posições do patrimônio do ente público em 31 de dezembro de 2019, bem como à execução orçamentária da receita e despesa pelas quais são responsáveis cada um dos ordenadores.

Os instrumentos de Planejamento Governamental que a Administração do Município de Maceió utiliza para o aprimoramento, controle e definições dos objetivos estratégicos, são aprimorados a cada ano, conforme observado nos documentos publicados.

Conforme consta do presente relatório, pelo Balanço Orçamentário Geral e respectivos demonstrativos, constata-se que as Receitas Líquidas arrecadadas em 2019, no valor de R\$ 2.528.572.037 (dois bilhões, quinhentos e vinte e oito milhões, cinquenta e setenta e dois mil, e trinta e sete reais), representaram apenas 92,5% da previsão atualizada fixada na LOA (Anexo 1 da LRF – Demonstração da receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas). Sendo que a execução das Receitas Corrente superou a previsão em 2,2%, enquanto a execução das Receitas de Capital resultou em uma execução de apenas 6,2%, muito abaixo da previsão inicial atualizada, influenciada fundamentalmente pela não efetivação das receitas de convênios.

Constata-se também que a Despesa realizada, no valor de R\$ 2.546.537.789 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e trinta e sete mil, e setecentos e oitenta e nove reais), corresponde a 93,2% do total fixado atualizado, resultando em uma economia orçamentária de 6,8%, considerando que os gastos executados somaram valores inferiores aos estimados.

O Balanço Patrimonial, Anexo 14 da Lei nº 4.320/64, demonstra a saúde financeira do Município quando da realização de cálculos de índices de liquidez, a exemplo dos índices positivos de liquidez corrente e imediata, que demonstram a capacidade financeira do Município em cumprir com as obrigações de curto prazo, pois para cada real de dívida de curto prazo, há R\$ 7,30 e R\$ 0,92 respectivamente. Demonstra ainda a inscrição da dívida ativa tributária e não tributária que somadas representam o percentual líquido de 5,03% do Ativo



Total, reconhecidas e registradas de acordo com a NBCT 4 aprovada pela Resolução CFC 732/92.

Nas obrigações registradas no Balanço destaca-se o saldo de R\$ 4.239.295.615,94 das provisões de longo prazo, representadas basicamente pelas provisões matemáticas previdenciárias dos fundos previdenciários e financeiros do RPPS (Regime Próprio de Previdência dos Servidores), sendo o cálculo realizado por consultoria contratada pelo Município para o fim específico, em conformidade com a Nota Técnica CONAPREV 05/03/2010 e Norma Internacional de Contabilidade – NIC 19.

No Patrimônio Líquido a conta que representa o Resultado do Exercício corrente apresentou um acréscimo na situação patrimonial que superou a situação negativa de R\$ - 697.730.372,53, em 2018, para uma situação positiva de R\$ 329.767.526,99, em 2019, que somada aos saldos negativos das contas Resultados de Exercícios Anteriores no valor de R\$ - 2.741.881.056,47 e Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ -339.770.250,23, totalizando R\$ -2.751.883.779,71, contribuindo fundamentalmente para o resultado negativo do Patrimônio Líquido R\$ -2.746.293.615,10.

No exercício de 2019, o total das Variações Aumentativas menos as Variações Diminutivas, gerou um Superávit no valor de R\$ 392.290.533,26 (trezentos e noventa e dois milhões, duzentos e noventa mil, quinhentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos), ante a situação deficitária do exercício anterior de -632.284.510,16.

O resultado da Dívida Fundada Interna apresentou crescimento quando comparado com o exercício anterior, com aumento de 88,71%. Ressalte-se que o resultado demonstra que a dívida previdenciária do poder executivo participa com 18,76% do montante total da dívida, e CAF - REVITALIZA MACEIÓ representa 64,06% do montante da dívida.

O demonstrativo da Dívida Flutuante, composta fundamentalmente do saldo de Pessoal e encargos a Pagar, além de Valores Restituíveis, indica aumento de 28,19% quando comparada com o exercício anterior.

O Resultado Nominal, o qual resulta da variação da dívida fiscal líquida, foi no montante de R\$ 135.598.612,25.

A Dívida Consolidada Líquida, em 2019, foi de 220.065.297,21 que equivale a 9,85% da Receita Corrente Líquida, estando desta forma dentro do limite previsto no Artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder a 120% da RCL.

O Resultado Primário obtido pelo confronto entre as receitas e despesas não financeiras, no exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 50.331.161,91, superior à meta estipulada no anexo de Metas Fiscais da LDO e da LOA.

As despesas líquidas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, em 2019, somaram o montante de R\$ 1.077.789.409, o equivalente a 48,24% da Receita Corrente Líquida – RCL, respeitando, assim, o limite de 54% estipulado na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.



Do mesmo modo, houve cumprimento do mandamento constitucional que trata da manutenção e desenvolvimento do ensino- MDE, uma vez que houve a aplicação do percentual de 25,06% das despesas nessa área.

Da mesma forma foi atendido o limite constitucional destinado às ações e serviços de Saúde, tendo em vista que foi aplicado o percentual de 23,90%.

Consta ainda no bojo deste relatório alguns aspectos da gestão, com base nas informações fornecidas pelos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Maceió, bem como nas informações produzidas pelo próprio órgão de controle no desempenho das suas atribuições institucionais, mediante análise dos registros orçamentários e contábeis extraídos do sistema de administração orçamentária e financeira utilizado pelo Município, ressaltando-se não ter sido constatados no decorrer dos trabalhos fatos relevantes que desabonem a conduta dos gestores ou que comprometam a gestão do Município.

Enfim, somos da opinião que a gestão do Município de Maceió, no exercício de 2019, em conformidade com as informações disponibilizadas para elaboração do presente relatório, atendeu aos princípios norteadores da Administração Pública, dedicou esforço no cumprimento de objetivos estratégicos e executou uma Gestão Fiscal responsável, revelada pelo equilíbrio orçamentário e financeiro do exercício, a observância das normas constitucionais e limites da LRF, em especial o cumprimento do limite com operações de crédito, limite de despesa com pessoal, o cumprimento dos limites constitucionais das áreas de saúde e educação.

Destarte, este órgão de Controle Interno espera contribuir para leitura e transparência dos demonstrativos que compõem a Prestação de Contas da Gestão Municipal, bem como para avaliação por parte dos órgãos fiscalizadores, e principalmente do cidadão.

É o relatório,

Adelmo de Mendonça
CRC/AL Nº 3527/O

Visto

Neander Teles Araújo
Secretário Municipal de Controle Interno